



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO: PSICOLOGIA

BEHAVIORISMO RADICAL COMO CIÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DE METACONTINGÊNCIA

TATHYANA MAGALHÃES FERREIRA

**BRASÍLIA
NOVEMBRO/2005**

TATHYANA MAGALHÃES FERREIRA

BEHAVIORISMO RADICAL COMO CIÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DE METACONTINGÊNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial
para conclusão do curso de Psicologia do
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília.
Prof.(o) orientador (o): Carlos Augusto de
Medeiros.

Brasília/ DF, Novembro de 2005

Sumário

Introdução	5
I. O Comportamento dos Indivíduos.....	7
II A Questão da Cultura.....	14
III. Metacontingências.....	22
IV. A Aplicação do Conceito de Metacontingência	28
V. Conclusão	33
VI. Referência Bibliográfica.....	34

Resumo

A presente monografia apresentou a visão da Análise do Comportamento acerca da cultura. Compreendendo desde comportamento no nível individual até o comportamento social e suas práticas. Nela, foram discutidos temas recentes sobre Análise do Comportamento e cultura e bem como a unidade de análise sugerida por Sigrid Glenn, metacontingência. O termo metacontingência possibilita a analistas do comportamento compreenderem e analisarem as práticas culturais e seus produtos e bem como as contingências que estão entrelaçadas. Isso permitirá a compreensão da multideterminação dos comportamentos dos indivíduos.

O comportamento dos indivíduos é fruto das interações destes com o ambiente, de modo a produzir variáveis das quais esse comportamento é função. Para compreender o papel dessas variáveis, é necessário identificá-las no meio externo, ou seja, no ambiente. Para fazer uma análise funcional, é fundamental compreender as variáveis ambientais das quais esse comportamento é função (variável independente “causa” e variável dependente “efeito”).

O que mantém determinados comportamentos são as conseqüências e a história de vida dos indivíduos (reforçamento e punição). Deste modo, algumas conseqüências dependem da mediação de outros indivíduos, tornando importante compreender como se dá à interação entre eles. Em um aspecto ampliado, pode-se dizer que a cultura na qual um indivíduo vive compõe as variáveis que o afetam e que também são dispostas por outras pessoas, tais como: família, governo, grupos sociais, dentre outros.

B. F. Skinner, publicou há cinquenta anos em “Ciência e Comportamento Humano” onze capítulos acerca do comportamento social e cultural, desde então poucos trabalhos acerca desses temas foram publicados. Apenas nos últimos vinte anos alguns estudos (Glenn, 1986; 1988; 1991; Guerin, 1992, Todorov e cols, 2005; Andery e Sério, 1999) foram realizados nesse campo. Isso porque principalmente no Brasil, os analistas do comportamento têm-se preocupado em explicar processos enfaticamente individuais de modo que questões sócio-culturais ficaram restritas a antropólogos, sociólogos, economistas, dentre outros.

Apesar de tais pesquisas estarem restritas apenas a cientistas sociais, analistas do comportamento devem configurar com a possibilidade de uma ciência social? Do ponto de vista acadêmico o presente trabalho infere que sim, tendo em vista que a Análise do Comportamento segue um modelo de ciência natural e que desta forma pode ser aplicada nos mais diversos ambientes. Outra possibilidade é o analista do comportamento atuar no âmbito social como um agente que visa à promoção do bem-estar coletivo, de modo a atuar nas contingências, promovendo práticas culturais benéficas e bem como a sobrevivência da cultura.

Embora analistas do comportamento compreendam que o comportamento só é mantido em decorrência de suas conseqüências e que só pode ser analisado em um determinado contexto, utilizar a contingência tríplice para analisar práticas culturais

pode ser uma forma de reduzir a contingência de reforço do comportamento operante apenas ao nível individual. Isso porque esse tipo de análise não mostra como ocorreu a manutenção e evolução da prática em questão.

A Análise do Comportamento individual torna-se base para a análise das relações funcionais das práticas culturais. Onde evolui para um outro nível, onde conseqüências culturais não selecionam só o comportamento individual, porém as relações entre contingências comportamentais compreendidas pelas práticas culturais.

A unidade de análise sugerida no presente trabalho foi a de metacontingência, que engloba relações funcionais entre classes de operantes, onde cada classe está associada a uma contingência tríplice diferente e a conseqüência comum a todos os operantes é em longo prazo. Desta forma tais contingências (sociais) devem ser descritas a partir do seu entrelaçamento.

Faz-se necessário compreender como essas contingências do comportamento social (que entrelaçam entre si) foram e são selecionadas, tendo em vista que as mesmas são conseqüenciadas em decorrência desse contexto. Por meio dessa perspectiva torna-se possível compreender o comportamento dos indivíduos em sua complexa totalidade de modo que os analistas do comportamento possam intervir diretamente alterando e planejando a cultura tais como fazem os cientistas sociais.

O presente trabalho foi composto de quatro capítulos: o comportamento dos indivíduos, o comportamento social, metacontingência e por fim, a aplicação do conceito de metacontingência.

DESENVOLVIMENTO

Capítulo I O Comportamento dos Indivíduos

A psicologia tem como temática principal estudar o indivíduo de modo que o faz recorrendo a diversos tipos de explicações, tais como as mentalistas e as comportamentais. Porém, em alguns aspectos, essas explicações podem permanecer fora do âmbito exclusivo da psicologia, de modo que se recorre à biologia e às ciências sociais como a sociologia, antropologia etc. A diferenciação entre as ciências sociais e a psicologia, por exemplo, pode não ser tão rígida assim, de modo que essas áreas de interesse podem se cruzar gerando denominações como a psicologia social.

Nesses dois aspectos, o homem é visto como parte da natureza que compõe, tanto nas esferas biológicas quanto nas esferas sociais que interagem entre si. Nenhuma esfera se sobrepõe as demais relacionadas à importância.

Ao agir no mundo, o indivíduo influencia e é influenciado pelas conseqüências de suas ações. De modo que novas formas de comportamento podem ocorrer devido a sua função no ambiente. Caso o meio se modifique novas formas de comportamentos e de interações surgirão (Skinner, 1978).

Desta forma, o que interessa na análise do comportamento é a interação entre organismo e ambiente. Tal relação torna-se objeto de estudo para o Analista do Comportamento. Porém, historicamente, em psicologia existem diversas áreas de análise do comportamento dos indivíduos, denominando assim, níveis distintos de interação.

Tais níveis ocorrem no meio externo (o mundo fora da pele) e interno (o mundo dentro da pele), essa dicotomia, embora um tanto quanto artificial, tem evoluído de maneira mais ou menos independente, de modo que a ênfase que se dá a esses fenômenos é que os tornam diferentes. Assim, psicólogos psicodinâmicos enfatizam as causas do comportamento como internas ao indivíduo, já o Behaviorismo Radical tem como modelo, a causalidade externa. Cabe ressaltar ao leitor, que nesse capítulo foram introduzidos temas acerca do comportamento individual, para posteriormente traçar um paralelo ao comportamento social.

1.0 Ação Direta Versus Ação Indireta

Considera-se ambiente externo, aquele que está fora dos limites da pele. Nesse caso, o homem terá seu comportamento determinado por ele, principalmente pelas modificações nesse ambiente decorrentes de suas ações. Os efeitos do comportamento sobre o ambiente externo podem ocorrer de duas maneiras: uma direta e outra indireta.

Entende-se por ação direta quando um indivíduo que está em uma sala fria (com ar condicionado ligado) levanta-se e veste um casaco. Neste exemplo, o organismo agiu diretamente no ambiente externo, e seu comportamento foi modificado pelas suas conseqüências. Uma outra alternativa podia ser o mesmo indivíduo pedir para alguém desligar o ar condicionado ou pegar o casaco para ele. Nesse caso a ação seria indireta, ou seja, a mudança no ambiente ocorreria mediada por outro indivíduo (Skinner, 1957).

Verifica-se que as interações do organismo com seu ambiente social não são de natureza diferente daquelas interações com seu ambiente físico, apenas tornam-se mais difíceis de serem descritas, pois os mesmos interagem com outros indivíduos que dependem de um falante e um ouvinte e que compõe uma comunidade verbal.

Entende-se por comunidade verbal a mediação verbal entre indivíduos. De modo que ao perguntar: “você quer maçã?” a comunidade verbal tem acesso a tais respostas e modela esses comportamentos de ouvir e de falar. Entretanto, de acordo com Todorov (1981), a dificuldade em compreender as interações entre indivíduos parece ser responsável pelo desenvolvimento independente de diversas áreas da psicologia e pelas tentativas de desenvolverem diferentes conceitos e princípios.

1.1 O Meio Interno

Estão presentes nas interações organismo–ambiente processos relacionados ao ambiente interno, seja histórico ou biológico, do mesmo modo que o ambiente externo está presente na interação social. Porém a dificuldade em desenvolver uma descrição do que ocorre no ambiente interno gera inevitáveis confusões acerca do tema. Para tanto, Skinner (1953/2000) sustenta:

Quando dizemos que o comportamento é função do ambiente, o termo 'ambiente' significa presumivelmente qualquer evento no universo capaz de afetar o organismo. Mas parte do universo está circunscrita no interior da própria pele do organismo (...) Com respeito a cada indivíduo, em outras palavras, uma pequena parte do universo (p.257).

Porém, um ambiente não é um conjunto de "coisas", de modo que apenas os estímulos que afetam o organismo podem ser tidos como parte do ambiente. Contudo, um conjunto de condições corporais de um indivíduo, assim como o universo como um todo, fazem parte desse ambiente. Tais condições corporais são dispostas por contingências específicas, passando a colocar o comportamento do indivíduo sobre controle discriminativo de alguns de seus aspectos (Skinner, 1953/2000).

Deste modo, parte deste universo adquire a condição de estímulo, entretanto apenas nesse momento torna-se adequado falar em ambiente interno. Nesse sentido, falar de ambiente interno, próprio de cada indivíduo, significa ressaltar que suas condições anátomo-fisiológicas podem fazer parte de suas respostas como controle discriminativo, resposta ou reforço.

1.2 As "Partes" Do Comportamento Que Não Se Dissociam

Ao analisar o comportamento dos indivíduos, muitas áreas da ciência utilizam tipos de causalidade diferentes como já citados anteriormente. Contudo, em análise do comportamento, ocorre uma divisão (ambiente interno e externo) meramente didática. Tendo em vista que o mesmo faz tal análise em decorrência da interação entre organismo e ambiente.

Tal explicação não nega a influência de aspectos biológicos, genéticos, neurológicos e nem tão pouco bioquímicos, mas busca identificar os tipos de relação que justificam o comportamento. Embora explicações causais utilizam justificativas internalistas, em Análise do Comportamento, tais eventos (internos) simplesmente fazem parte do processo, e não são os processos em si mesmo.

Faz-se essencial, em Análise do Comportamento, à compreensão entre inter-relação entre “parte e todo”, ou seja, compreender como se dá tal interação entre organismo e ambiente.

1.3 A Contingência

É comum encontrar na ciência diversos tipos de explicações acerca do comportamento humano. Em psicologia, estas explicações, estão ligadas diretamente à causalidade interna do organismo como: Maria tem a personalidade forte, ou Antônio chora porque é sensível. Essas afirmativas nada dizem sobre o comportamento desses indivíduos, no máximo descreve uma contingência, e o que a Análise do Comportamento faz é buscar identificar o porque os organismos se comportam.

Levando em consideração que há diferentes graus de complexidade para tal compreensão: desde uma análise topográfica que pode ter diferentes níveis, até mesmo a quantidade de sinapses envolvidas. Cabe ao analista do comportamento identificar as causas no ambiente externo.

A despeito disso, o que não pode ser deixado de lado é que o comportamento ocorre em um contexto. Torna-se insustentável uma análise que não envolva variáveis antecedentes e conseqüentes, bem como a ocorrência do comportamento em um determinado ambiente.

Ao descrever que Ana está chorando, o Analista do Comportamento deverá buscar o evento antecedente da ação (o que a faz chorar), bem como o contexto, e suas conseqüências. Desta forma, o conceito de ambiente e comportamento, e de conseqüente e antecedente, estão interligados de modo que um não pode ser mencionado sem o outro.

1.4 A Análise Funcional

O termo análise funcional é utilizado para designar a busca das variáveis das quais o comportamento é função. De modo que, ao identificar as variáveis externas encontram-se as “causas” do comportamento. Ao tentar prever e controlar o

comportamento de um indivíduo, trabalha-se com variáveis dependentes, ou seja “efeito” para o qual se procura a causa. E também com variáveis independentes, que são descritas como “causa” para qual procura-se o efeito (Skinner, 2000).

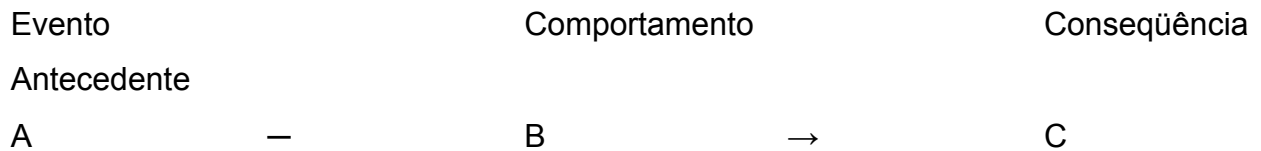
Tais variáveis independentes podem ser descritas como condições externas das quais o comportamento é função. Entretanto uma causa só pode ser descrita, invariavelmente, caso seja seguida por seu efeito em um determinado contexto. De modo que um indivíduo que é demitido do emprego poderá ou não ficar deprimido, não sai de casa, chora com frequência etc. Tais efeitos dependerão do ambiente, tais como: condições econômicas atuais, experiência profissional, situação atual no trabalho, dentre outros. Serão as variáveis ambientais e a história de vida desse indivíduo (idade, se ele já foi demitido outras vezes etc) que irão apontar se há relação entre depressão e demissão nesse caso.

Staddon (1973, citado conforme Todorov 1981) afirma que a noção de contexto não é limitada temporalmente, tendo em vista que contexto não se refere somente às características externas - ambientais. No exemplo acima, a situação atual de trabalho, tendo como ponto principal à relação estabelecida entre os colegas do trabalho, exerce influência mesmo que a atividade realizada não fosse tão valiosa.

O termo causa (porque os organismos se comportam da forma como o fazem), só é utilizado como construto teórico de compreensão, não havendo relação “real” com um dado evento. Contudo o que importa é a relação funcional entre eventos, pois somente a partir dessa compreensão será possível prever e controlar comportamentos futuros. Tendo em vista que o comportamento é selecionado e mantido em decorrência de suas conseqüências no ambiente.

1.5 Contingência de Três Termos

Em uma análise funcional é necessário identificar os eventos antecedentes, o comportamento e as suas conseqüências. Esta é feita de acordo com o paradigma da contingência de três termos (A -B-C) onde:



Em Análise do Comportamento, contingência pode ser descrita como termo técnico com o objetivo de enfatizar como a probabilidade de um evento pode ser afetada ou causada por outros eventos (Catania,1993). Assim em uma afirmação: Se ao ver a mãe (estímulo discriminativo), Ana fizer o dever de casa (comportamento), então poderá brincar de boneca. Tal afirmação indica se um determinado evento ocorrer (fazer o dever de casa), então outro ocorre (ela poderá brincar de boneca).

A contingência refere-se a uma relação de dependência entre eventos antecedentes e conseqüentes. Para tanto, Catania (1993) descreve contingência relacionada ao comportamento operante como as condições onde uma dada conseqüência é produto de uma resposta, ou seja, a ocorrência da conseqüência depende da ocorrência da resposta.

1.6 Seleção por conseqüência

A seleção por conseqüência surgiu no momento em que uma molécula pôde se auto – reproduzir (Skinner,1981). Tal reprodução ocorreu por si só de modo a constituir a primeira conseqüência. Porém, é por meio de tal seleção que se tem: células, tecidos, órgãos e organismos. Para tanto, o comportamento evoluiu com funções que estão além do organismo e do ambiente. Funções que tem parte na genética, tais como a digestão e a reprodução e também a funcionalidade do comportamento em situações onde foi similarmente selecionado.

O condicionamento respondente (Pavloviano) ocorre em decorrência de respostas da seleção natural, e também por controle de novos estímulos. A seleção também se dá no condicionamento operante, onde novos comportamentos podem ser

reforçados ou fortalecidos na presença não só imediata de determinados eventos ambientais (Skinner, 1981).

Existem três tipos de seleção por consequência. O primeiro tipo de seleção está relacionado a parte biológica do organismo, onde o ambiente seleciona a estrutura anátomo-fisiológica dos organismos e bem como algumas respostas vitais para a sobrevivência da espécie (popularmente conhecida como comportamentos reflexos).

O segundo tipo de seleção está relacionada a psicologia, ou seja o comportamento, que adveio da habilidade de adquirir novas formas de reforço diferente do condicionamento clássico. Desta forma, o condicionamento operante pôde substituir a seleção natural do comportamento. Neste caso o reforço tem a função de fortalecer o comportamento que o produz independentemente de seu valor de sobrevivência.

Muitas vezes os alimentos mais nutritivos, isto é, mais efetivos quanto à sobrevivência do organismo que se comporta, nem sempre são mais reforçadores que os alimentos de redes “fast food”. Estes, mesmo não tendo o mesmo valor de sobrevivência, possuem maior valor reforçador ou aumenta a probabilidade do comportamento de os produzirem.

A aprendizagem também se deu no comportamento verbal, pois ele se tornou mais efetivo ao longo do tempo ao mediar ações entre indivíduos. Ou seja, ao se comportar sob controle de descrições das experiências de seus semelhantes, os indivíduos passaram a ter mais chances de sobrevivência (Skinner, 1957).

Já o terceiro tipo de seleção ocorre com a importância significativa do comportamento verbal, ou seja, ocorre à evolução de ambientes sociais e culturais. Tal processo iniciou-se no nível individual (comportamento operante), porém o comportamento foi desenvolvido em grupo, ao encontrar uma melhor forma de obter uma consequência reforçadora para um conjunto de pessoas, surgindo assim como prática cultural. Deste modo, comportamento humano é produto das contingências de sobrevivência (biológico), as contingências de reforço do comportamento individual (comportamento operante) e as contingências mantidas pelas práticas culturais.

Capítulo II

Comportamento Social

2.0 A Questão da Cultura

Embora Cientistas Sociais trabalhem com uma visão de mundo diferente da dos Analistas do Comportamento, cabe enfatizar três Cientistas Sociais que podem contribuir para o entendimento do conceito atual de cultura. Assim, de acordo com Williams (1965, citado por Hall 2003), existem duas maneiras mais significativas de caracterizar a cultura. A primeira se refere à cultura como soma de descrições que dão sentido e refletem experiências comuns aos indivíduos. Esta descrição tem um aspecto social e democrático, pois todos os indivíduos participam desse processo de forma dinâmica.

Já a segunda definição está antropologicamente relacionada às práticas sociais, pois os indivíduos estão inseridos em um modo de vida global. Para tanto Hall (2003) diz:

(...) a cultura não pode ser vista como uma prática e nem apenas a soma descritiva dos costumes e “culturas populares (folkways)” das sociedades, como ela tende a se tornar em um certo tipo de antropologia. Está perpassada por todas as práticas sociais e constitui a soma do inter-relacionamento das mesmas (pg. 136).

De acordo com Hall (2003) a cultura é o padrão de organização social, ou seja, é subjacente a todas e demais práticas sociais. Para tanto, torna-se necessário estudar as relações entre esses padrões, ou seja, de que forma essas práticas se estruturam em um determinado tempo e como os indivíduos às vivenciam.

A palavra cultura é derivada do alemão “Kultur”. Que tem haver com o sentido dessa palavra empregada nessa cultura (alemã). O que significa: uma relação a fatos

intelectuais, artísticos e religiosos, traçando uma nítida linha divisória entre fatos políticos, econômicos e sociais (Elias, 1990).

“Kultur”, encontra em seu derivado o adjetivo “kulturell”, que se refere ao caráter e valor de determinados produtos humanos e não ao valor intrínseco do indivíduo. Elias (1990) explica que o termo cultura, não faz nenhuma alusão a valores individuais. Mas também tem haver com a identidade nacional de grupos (valor de determinados produtos humanos), o que serviu para pesquisas relacionadas à antropologia e etnologia.

“Kultur” refere-se ao “caráter” de uma nação que teve que buscar incessantemente e novamente suas fronteiras, de modo que em determinados momentos surgem grupos, tais como: as famílias, seitas, religiões, etc, buscando uma forma de experiência comum. Porém, somente para quem compartilha de tal experiência é que se torna nítido em forma de expressão, uma experiência comum (Elias, 1990).

Se o uso das palavras só faz sentido em um determinado contexto, os costumes e comportamentos também. Verifica-se na questão da linguagem que um determinado grupo tenha formado uma base lingüística e que a mesma é transmitida de geração pra geração. Para esse grupo, o código lingüístico faz total sentido, mas para outro indivíduo, pertencente a outro grupo, tudo é muito estranho.

Para os indivíduos inseridos no processo cultural, tudo parece “muito natural”, já que os mesmos têm uma maneira particular de se comportarem desde crianças. Mas, no caso da linguagem, talvez aconteça que o material lingüístico disponível (comportamento verbal) tenha sido aprimorado em decorrência de ter funções mais significativas (reforçadoras). Só que esse código estabeleceu-se, outros indivíduos os “captaram” em seu novo significado e forma e o aprimoraram na linguagem e na escrita, de modo que foram passados de geração pra geração. Contudo, passaram a ser linguagem do cotidiano, o emprego foi se tornando cada vez mais freqüente, de modo que passaram a representar uma necessidade individual e não apenas coletiva. Para tanto:

O processo social de sua gênese talvez tenha sido esquecido há muito. Uma geração os transmite a outra sem estar consciente do processo como um todo, e

os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade (Elias, 1939/1990, pg.26).

Assim, acontecem com as práticas culturais, que em um determinado momento foram estabelecidas (pela suas conseqüências), e que compõem uma dada cultura. Todavia, para outra não faz o menor sentido, como por exemplo, em algumas tribos indígenas onde os pais matam os bebês gêmeos, pois não admitem que uma mesma alma habite dois corpos. Já no Brasil os pais são reforçados socialmente por terem gêmeos.

2.2 Skinner e Cultura

O comportamento social pode ser descrito como a interação entre dois ou mais indivíduos no ambiente. Tal comportamento ocorre em decorrência dos organismos serem parte do ambiente um para o outro e de tal maneira, torna-se necessário analisar o ambiente social e todos outros aspectos que por ventura possuam.

A despeito disso, existe um argumento de que, quando os indivíduos se comportam em grupo, estão sob influências sociais e que uma ciência natural nada pode fazer para descrever tal interação. Surge assim uma outra denominação de ciência dita como social que trabalha especificamente com os indivíduos em grupo, justamente em decorrência de tal crença (Skinner, 2000).

Sabe-se que as ciências sociais (sociologia, antropologia, economia etc) têm realizado muitas pesquisas relacionadas à cultura, e que diversos estudos referentes à religião, governo, economia etc, continuam ocorrendo. Porém os dados são completamente diferentes das ciências naturais e que o objeto de estudo na Análise do Comportamento são pesquisas que possam ser aplicadas no estudo do comportamento em grupo.

No Behaviorismo Radical (filosofia da ciência do comportamento), a cultura descreve práticas culturais, ou seja: modos e costumes descritos em um determinado tempo e espaço. Segundo Skinner (2000), as contingências a ser observadas no ambiente social explicam exatamente o comportamento do indivíduo, mas explicar as

contingências torna-se difícil. Isto porque se leva em conta o comportamento verbal, e que muitas vezes as contingências não têm relação direta com o efeito dos usos e costumes do grupo. Neste caso, o ambiente social funciona reforçando ou punindo alguns comportamentos, e também podem ser mantidos por reforçadores sociais.

Algumas práticas culturais, que foram altamente reforçadas no passado, atualmente são mantidas por contingências que não possuem nenhuma conexão com as contingências que deram origem a tais práticas. Desta forma, quem se comporta são os indivíduos e não o grupo e que as práticas culturais foram estabelecidas por meio de comportamentos individuais, ou seja, que geraram conseqüências reforçadoras para o grupo. É necessário compreender que, uma prática cultural, antes de qualquer coisa, foi uma prática individual que obteve sucesso para o grupo. De modo que possivelmente o desenvolvimento das culturas teve início no nível do indivíduo.

Ao desenvolver uma maneira melhor de fazer uma ferramenta, de produzir alimento ou de ensinar uma criança, o homem entra em contato direto com as conseqüências reforçadoras individuais decorrentes do seu uso, ou seja, com tais comportamentos consegue transformar a natureza é reforçada por suas conseqüências com a utilização da ferramenta, do consumo do alimento ou a adoção do modo de ensinar. Assim ele desenvolve uma forma mais precisa, com menos custo e onde vários outros indivíduos poderão usufruir, aumentando as chances de sobrevivência do grupo como um todo.

O próprio grupo desenvolve outros reforçadores que fortalecem o comportamento individual que retroagem positivamente sobre o grupo. Tais reforçadores são considerados sociais, por serem disponibilizados por outro ou outras pessoas, ao invés de decorrer da interação mecânica com o meio. Estes vão desde um simples agradecimento, até a um prêmio Nobel.

Tendo em vista que o comportamento dos indivíduos é responsável pela construção e manutenção da cultura, sendo estes determinados pelas conseqüências imediatas, torna-se fundamental que os padrões comportamentais possam se adaptar em um ambiente em mudança e que tais mudanças ocorram por meio de ações humanas (Andery, 2004).

Somente aquelas culturas que tiverem a capacidade de manter ou até mesmo alterarem suas práticas em função de sua sobrevivência poderão perpetuar. No caso das três agências controladoras citadas acima, cabe aos indivíduos criarem ações de contracontrole onde seja possível mudar pessoas que atuam nas agências controladas (por meio do voto, por exemplo), ou então demonstrar a importância da sobrevivência das espécies. Cabe ressaltar que o governo, a religião e o sistema econômico são responsáveis pela liberação da maior parte dos reforçadores e punidores para os indivíduos.

2.3 Materialismo Cultural

Uma abordagem antropológica que pode ser complementar ao behaviorismo radical para compreender a cultura é o Materialismo Cultural de Marvin Harris. Desta forma, Harris (1974; 1979, citado conforme Guerin, 1992), descreve as bases materiais da cultura, onde seu princípio é o determinismo infraestrutural, precedidos pelo fenômeno estrutural e superestrutural.

Entende-se por infraestrutura a tecnologia e práticas que determinam a sobrevivência da cultura, ou seja, tais práticas são responsáveis pela produção básica de subsistência. A estrutura está relacionada à economia política e doméstica, incluindo estrutura familiar, educação e organização política e que tem como objetivo principal manter a segurança e a ordem entre as relações sociais. E por fim a superestrutura que é derivada da infraestrutura e da estrutura, e que compreende a arte, a ciência, a literatura, dentre outros. Práticas da superestrutura são descritas como: mitos, crenças religiosas, ideologia etc (Malagodi, 1986).

O Materialismo Cultural é claramente compatível com a Análise do Comportamento em seu princípio (Glenn, 1991; Guerin, 1992). Segundo Guerin (1992) a ação está nas contingências ambientais e ambas envolvem eventos materiais tais como os estímulos discriminativos e as conseqüências mantenedoras do comportamento.

Não é necessário que ocorra uma análise simbólica ou idealística, nem tão pouco cognitivista da cultura, o que estaria neste caso relacionada a eventos mentais como formadores da cultura. É necessário que haja uma análise das práticas culturais.

Desta forma, as diferenças entre comportamento animal (menos complexos) e comportamento humano (mais complexo), podem ser explicados por meio de tais práticas.

2.4 Materialismo Cultural e Análise do Comportamento

Descrever relações conceituais e substantivas entre Materialismo Cultural e Análise do Comportamento é ressaltar características importantes na análise cultural. Porém, as maiores críticas comuns a essas duas áreas são questões empíricas e formulações conceituais, tendo em vista que ambas excluem características mentais a esse campo (Glenn,1988).

Materialismo Cultural e Análise do Comportamento têm um esquema consistente tal como na física e biologia, porém, materialistas culturais e analistas do comportamento trabalham em níveis diferentes. Analistas do comportamento focam na relação entre ambiente e organismo, já cientistas culturais focam nas relações entre práticas culturais recorrentes e o ambiente que ocorre tais práticas (Glenn,1988).

As unidades de análise são diferentes, pois na Análise do Comportamento a unidade de análise utilizada é a contingência de reforço, já no Materialismo Cultural é o grupo social. De modo que o comportamento é decorrente da interação do mesmo com o ambiente, onde ocorre de operante para operante (contingência triplíce), organismo para organismo e espécie pra espécie.

As práticas culturais emergem das relações funcionais entre indivíduos, mas o ponto de convergência entre Materialismo Cultural e Análise do Comportamento é quando o comportamento dos indivíduos ocorre como prática cultural. Tais práticas culturais podem ser compreendidas quando vários comportamentos individuais acontecem num mesmo tempo e espaço e tem como consequência à sobrevivência da espécie (Glenn,1988).

Para que a compreensão entre ambas teorias aconteça é necessário compreender sua compatibilidade, pois as mesmas são ciências similares e que promovem o desenvolvimento tecnológico para a sobrevivência da cultura. Assim, no Materialismo Cultural, as produções são vistas como práticas culturais onde a

infraestrutura é determinista das outras estruturas, de modo que há um entrelaçamento entre sociedade, economia e cultura. O que pode gerar uma análise material da cultura em decorrência do determinismo infraestrutural.

Já na Análise do Comportamento, a cultura é analisada também por meio de suas práticas culturais, porém, sob o ponto de vista do comportamento dos indivíduos. Para analistas do comportamento, as conseqüências retroagem nos indivíduos e para os materialistas culturais as conseqüências retroagem no ambiente onde ocorrem tais práticas. De acordo com tal análise, compreende-se que a cultura é multideterminada, tanto pela retroação dos comportamentos dos indivíduos, quanto pela retroação no ambiente.

2.5 Comportamento Social

Para analisar o comportamento social em outras culturas, é necessário compreender as contingências envolvidas no processo. Para tanto, é necessário identificar o estímulo discriminativo, os comportamentos envolvidos e as conseqüências as quais tem como função manter classes de respostas e comportamentos sociais. O paradigma de análise é tão consistente como o determinismo infraestrutural.

Cabe ressaltar dois pontos importantes na análise dos comportamentos sociais: a flexibilidade das conseqüências sociais generalizadas e as regras que controlam o contexto e que se “transformam” em conseqüências sociais generalizadas. As conseqüências sociais generalizadas são consideradas flexíveis por terem a função de manter comportamentos arbitrariamente e intermitentemente. Já as regras que controlam o contexto são comportamentos verbais (instruções) que mantêm pequenos grupos.

Guerin (1992) aponta que o caráter fluído e dinâmico do reforçamento social faz com que não analistas do comportamento julguem necessária uma explicação mentalista de práticas culturais. Apesar disso, tal autor aponta três argumentos justificando a materialidade dos reforçadores sociais, mesmo estes possuindo propriedades especiais:

- 1- Tem como objetivo manter a aprovação do grupo. A primeira consequência de tal comportamento é que ela mantém comportamentos sociais secundários e são mantidos por meio de uma relação arbitrária com o meio.
- 2- Pode gerar discriminação de outros comportamentos pertencentes à mesma classe de resposta. Quando uma criança diz 'mamãe' na presença da mãe e reforçada e quando diz 'pá' na presença do pai também é reforçada.
- 3- O reforço é intermitente, pois nem todas as respostas serão reforçadas. De modo que não é necessário o reforço de todas as respostas para que o comportamento se mantenha. O reforço intermitente torna o comportamento mais resistente.

Para tanto, cabe ressaltar para aqueles que recorrem a explicações não materiais da cultura (antropólogos, psicólogos sociais etc) que o comportamento social deve ser analisado como parte da contingência, ou seja, que as consequências são partes funcionais das contingências o mantém.

De acordo com Martone e Banaco (2005), há alguns analistas do comportamento interessados em estudar fenômenos sociais e que vem contribuindo com a proposta inicial de Skinner, apontam que:

- 1- Analisar fenômenos sociais não é o mesmo que analisar um emaranhado de contingências individuais, tendo em vista que o efeito da ação em conjunto não pode ser alcançado sem a cooperação de outros indivíduos (Glenn,1986,1988,1991; Malagodi,1986; Pierce,1991, citados por Martone & Banaco,2005).
- 2- Os princípios que controlam o comportamento individual são os mesmos que controlam o comportamento social (Pierce,1991; Skinner,1953, citados por Martone & Banaco, 2005).

A despeito de parâmetros teóricos e bem como metodológicos demonstrados por Skinner (1953, 1948, 1971, 1978), uma larga escala de analistas do comportamento vem produzindo materiais acerca da importância de estudar comportamentos sociais.

Malagodi (1986) ressalta a necessidade de dar continuidade à proposta de Skinner em promover análises sociais como componente fundamental em behaviorismos radical e ampliar o campo de atuação do analista do comportamento.

Kunkrel e Lamal (1991) identificam que é necessário ir ao campo social para identificar os problemas sociais e que ao desenvolver novas ferramentas teóricas o analista do comportamento poderá ir além do indivíduo único, atuando no campo social. Tais ferramentas compõem: o comportamento governado por regras e as metacontingências.

Capítulo III

Metacontingências

3.1 O que é Metacontingência

Durante décadas, analistas do comportamento produziram materiais acerca do comportamento dos organismos. Tal fato reflete na quantidade, e bem como, na qualidade de conhecimentos existentes na área (revistas, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, dentre outros). Entretanto os esforços foram quase que maciçamente concentrados em estudar o comportamento dos indivíduos que o projeto inicial de Skinner “Ciência e Comportamento Humano” em 1953 foi praticamente deixado de lado. Somente em 1986, quando Sigrid Glenn retomou questões conceituais (e posteriormente práticas) sobre a cultura, e introduziu o termo **metacontingência**, que novos trabalhos tiveram início (Todorov, Moreira & Moreira, 2005).

Tal possibilidade de enfatizar questões sociais e, ainda assim, utilizar materiais produzidos por analistas do comportamento significa mais que uma conquista e sim um avanço na comunidade acadêmica. Isso porque cerceia um mito de que analistas do

comportamento estudam apenas comportamento e, certamente, o comportamento dos indivíduos. Fica claro que existia uma dicotomia entre comportamento individual e comportamento social e que a mesma foi rompida por Sigrid Glenn, quando retomou a proposta inicial de Skinner, e formulou o conceito de metacontingência na Análise do Comportamento.

Foi proposta por Glenn (1991) uma unidade de análise utilizada para compreender o comportamento humano em nível social, denominada de metacontingência. Esta pode ser relatada como uma unidade que descreve as relações funcionais entre classes de operantes, onde cada classe é associada a uma contingência tríplice diferente, e uma comum a todos em longo prazo, ou seja, comum a todos os operantes na metacontingência.

Para Glenn (1991) metacontingência significa relações contingentes entre práticas culturais e suas conseqüências. Ou seja, relação funcional em nível de análise cultural, cuja existência deriva mais não é equivalente a contingências comportamentais. Tal conceito não pode ser descrito como um emaranhado de contingências individuais de diversos indivíduos, pois ela consiste em contingências sociais entrelaçadas (interlocking), onde todas elas possuem um mesmo resultado em longo prazo.

De acordo com Glenn (1988) prática cultural pode ser definida como um subconjunto de contingências entrelaçadas de reforçamento. Ou seja, os indivíduos se engajam em comportamentos para obterem reforço em longo prazo, e assim produzem uma conseqüência única. Deste modo, eles são reforçados pelas características únicas de sua história ontogenética, variáveis ,mantenedoras atuais, bem como pelos produtos agregados a tais práticas. De modo que, deve-se analisar a história individual (contingências comportamentais) e a cultural (metacontingências) (Martone & Banaco, 2005).

Glenn (1991) destaca as características importantes que definem uma prática cultural, onde é necessário levar em consideração o conteúdo de adquirido durante a vida de cada indivíduo, os ambientes comportamentais de um ou mais indivíduos que incluem (mas não se limitam) ao comportamento de outros membros da mesma espécie. É importante ressaltar também, a aquisição repetida do comportamento dentro

e entre gerações, a consequência comum a todos em longo prazo e por fim um elemento adicional, levar em consideração o comportamento verbal.

Em uma linguagem comum, entrelaçamento são relações em conexões ou ligações entre eventos, já na análise do comportamento, pode se descrito em dois sentidos. O primeiro tem haver com relações entre contingências individuais e o segundo se refere às consequências resultantes de contingências individuais. Pois são mais que a simples soma destas contingências, tendo em vista que o resultado jamais seria atingido por um único indivíduo (pode-se dizer que passa a ser ação e ambiente para a ação dos outros) (Glenn,1991; Andery & Sérgio, 1999 citados por Todorov e cols., 2005).

Metacontingências envolvem essencialmente contingências determinadas socialmente, onde o elo de união de comportamentos individuais é a consequência em longo prazo que afeta a sociedade. Tais consequências são responsáveis por ligarem a ações do cotidiano de diferentes indivíduos (Todorov, 2004). Assim, uma metacontingência existe caso haja uma prática cultural como objeto de análise, ou seja, se as consequências de tais práticas para um determinado grupo e se seus antecedentes puderem ser identificados (Glenn,1986).

Cabe ressaltar um exemplo para descrever tal conceito. Uma proposta de despoluição de um determinado rio está relacionada a comportamentos de diversos indivíduos, mesmo que estes não estejam engajados com esse objetivo final. De modo que um pequeno agricultor recebe a informação de que está crescendo o número de pessoas que preferem alimentos orgânicos (sem agrotóxico). Ele faz uma pesquisa e percebe que terá lucro de em média 40%, pois não precisará comprar agrotóxico e que o valor de mercado de alimentos orgânicos é maior. Assim, ele ajuda a não poluir a água com a comercialização de alimentos orgânicos.

Com a crescente procura por tais alimentos, vários indivíduos passam a consumi-los em decorrência dos benefícios (são mais saborosos, combatem radicais livres etc) o que estimula outros produtores rurais a investirem nesse segmento de mercado. Deste modo, esses indivíduos, mesmo sem saber estão contribuindo para a não poluição dos rios.

O exemplo acima ilustra como as contingências individuais se entrelaçam. Nenhuma situação tem relações objetivas, propositais com a consequência última que é a não poluição do rio, porém, tal comportamento traz benefícios reais à comunidade.

Glenn (1988), utiliza outro exemplo que complementa tal explicação: Ela descreve a prática de produção de um grupo com uma cultura pré-agrícola. De forma que nesse grupo alguns indivíduos tecem cestos utilizados para carregar água e outros carregam água do rio para utilizarem nas tarefas do dia. Se um dos fazedores dos cestos começar a fazer cestos que não vazam nenhuma água, provavelmente obterá reforçamento material, na forma de sua partilha de água, e reforçamento social que o manterão fazendo os cestos desse modo.

Além disso, tal técnica será observada e imitada pelos outros fazedores dos cestos, generalizando-se por todo o grupo. As consequências que mantêm o comportamento de cada um dos cesteiros são contingentes de reforçamento individual. A utilização generalizada dos cestos, que não deixam vazar água, produz ainda a possibilidade para o grupo de armazenar água (o que até então não era possível).

A armazenagem de água é o que Glenn chama de produto, ou seja, é a relação entre prática cultural - muitos indivíduos fazendo cestos de um certo modo e sendo reforçados por isso de várias maneiras - e o produto que esta generalização permite- armazenar água- que Glenn chama de metacontingência. Caso o grupo seja atingido por uma mudança no ambiente, tal como uma seca, a variação que no caso seria aleatória, que permitiu a armazenagem de água será então selecionada. Desta forma, o produto cultural seleciona prática cultural e não comportamento individual, que nesse caso, são mantidos por contingências de reforçamento (Andery & Sérgio, 2005).

Outro aspecto importante é que na metacontingência as contingências individuais sociais não são mantidas apenas em decorrência da consequência a longo prazo comum a todas as contingências, e sim, também, pela contingência individual mantida a curto prazo (Todorv e cols., 2005).

3.1 Dois tipos de Metacontingências

Existem dois tipos de metacontingências, as cerimoniais e as tecnológicas (Glenn,1986). A Família, a Igreja e o Estado utilizam metacontingências cerimoniais com o objetivo de manter o controle da sociedade. Embora esta aplicação não tenha um caráter nocivo aos indivíduos e a sociedade, os mesmos ficam impossibilitados de criarem situações sociais inovadoras. Deste modo, tal controle torna-se insensível às mudanças sociais em detrimento da Família, Igreja e Estado. Um exemplo é dizer: faça isso porque eu disse (Glenn,1986), o que ocorre geralmente nas famílias com o objetivo de manter a autoridade dos pais. Porém isso impossibilita que as crianças experimentem novas situações sociais.

Já as metacontingências tecnológicas são dispostas por regras específicas, ou seja, que providenciam aos comportamentos conseqüências imediatas em decorrência de tal regra e também para que ocorra a avaliação de tais regras e bem como das suas conseqüências (Todorov,1987). Que segundo Glenn (1986), seria: faça isso porque terá conseqüências benéficas nas condições sanitárias e bem como de saúde. Ao contrário das cerimoniais, as tecnológicas têm uma conseqüência específica e está sempre relacionada á manutenção da cultura.

Ao desenvolver uma idéia de planejamento da cultura em 1953, Skinner inicia o processo que é denominado nos dias atuais de metacontingência tecnológica. Nas duas propostas a evolução cultural ocorre em decorrência de mudanças ambientais de modo que as práticas culturais sofram uma seleção natural para que se mantenham funcionais (Todorov, 2004).

3.2 A Contingência de Reforço é Insuficiente para explicar Comportamento Social?

Ao definir Metacontingência como: relações funcionais no nível cultural que envolve práticas culturais e seus produtos e que tais práticas culturais são compostas

das contingências comportamentais entrelaçadas, Glenn (1988) delimita o campo de trabalho para analistas do comportamento, de modo que a partir dessa premissa, devem-se descrever relações culturais, ou seja, compreender o que ocorre na cultura.

Novos questionamentos surgem, tais como: o que significa falar de relações funcionais no nível cultural? As relações descritas por contingências de reforçamento não fornecem tais descrições? (Andery & Sérgio, 2005).

Cabe ressaltar que a definição do termo metacontingência significa um outro nível de estudo, ou seja, um nível distinto daquele que analistas do comportamento estão acostumado a estudar (contingências comportamentais). Desde que Skinner, em 1981, publicou seleção por conseqüências, onde ele demonstrou que o comportamento é selecionado em três níveis distintos (filogênese, ontogênese e cultura), que o comportamento social começou a ser visto com outra função: o de comportamento e de ambiente para comportamentos de outros indivíduos.

Mas afinal, o que essas contingências entrelaçadas proporcionam de tão especial para os indivíduos? Porque elas marcam um nível tão especial para explicar o comportamento social? Tendo em vista que são as contingências entrelaçadas que possibilitam aos indivíduos agirem sobre o ambiente e serem afetos por ele, não existe outra forma dos indivíduos interagir. Tais contingências possibilitam o comportamento de cooperação e mais tarde a emergência do comportamento verbal.

As contingências sociais são mais do que as partes somadas das contingências individuais, pois estas permitem o resultado que não seria obtido por comportamentos individuais isolados. O que segundo Glenn (1988), seria:

A importância de contingências entrelaçadas para a emergência de um outro nível de ordem baseia-se no fato de que quatro mãos são melhores do que duas. Elas são mais do que duas vezes melhor do que dois. O comportamento coordenado de duas pessoas pode produzir resultados que nunca seriam conseguidos por uma, ou mesmo por duas agindo independentemente. Quando cada uma das duas pessoas é ao mesmo tempo um falante e um ouvinte, esse comportamento pode ser coordenado ainda mais eficientemente (pg, 58-59).

A característica da explicação de contingência e de metacontingência proporciona ainda que de maneira inicial, falar da multideterminação do comportamento humano, seguindo um modelo de seleção do comportamento. De modo que a noção de metacontingência permite em um certo sentido descrever a história das contingências e demonstrar as várias dimensões do comportamento humano.

Não seria possível entender o comportamento de um indivíduo que propicia práticas culturais em longo prazo, tais como o de uma pessoa que passa a comprar alimentos orgânicos e assim previne a poluição dos rios por meio de agrotóxicos, mesmo se faz isso, como prática individual do comportamento. Nesse caso a metacontingência abre uma possibilidade de entendimento que a dimensão desse comportamento chega.

Capítulo IV. A Aplicação do Conceito de Metacontingência

Alguns trabalhos foram e estão sendo realizados com a unidade de análise denominada de metacontingência. Assim, Todorov (1987) promoveu um estudo da Constituição Brasileira à luz de tal conceito. Tendo em vista que a Constituição, quer no Brasil, quer em qualquer outro país, tem em seu conteúdo metacontingências cerimoniais e tecnológicas. Desta forma, a Constituição de 1969 (outorgada pela Junta Militar) tem principalmente metacontingências cerimoniais, o que ilustra a forma de Governo da época. Porém, essa mesma Constituição prevê também metacontingências ao processo cultural tecnológico, ao prever ementas aprovadas desde que por dois terços do Congresso.

No momento da revisão da Constituição de 1988, Todorov (1987) considerou diversas reflexões acerca de metacontingências cerimoniais e tecnológicas da Constituição, tendo em vista que os constituintes deveriam preocupar-se com as expectativas da população. Caso houvesse apenas metacontingências cerimoniais, o acordo político que sustenta a democracia não entraria em vigor, porém, a mesma não poderia ser completamente tecnológica ou abstrata como: “a educação é um direito de

todos e um dever do Estado”, que nesse caso, não especifica nenhuma contingência para que ocorra tal idéia.

Outra pesquisa realizada no Brasil por Todorov, Moreira, Prudêncio & Pereira (2005) refere-se a Contingências e Metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Deste modo, os autores compreendem que a unidade de análise metacontingência pode ser utilizada para estudar um conjunto de códigos de leis. Assim, o ECA descreve comportamentos diferentes para vários segmentos da sociedade (juízes, conselheiros tutelares, promotores, psicólogos, pais, responsáveis, crianças e adolescentes) (Todorov, Moreira, Prudêncio e cols, 2005).

Tais descrições comportamentais são partes de contingências semelhantes com um único objetivo: a proteção das crianças e dos adolescentes. O ECA encontra-se em vigor no Brasil desde de 1990 e tem como função, regular todos os procedimentos relativos à proteção integral da criança e do adolescente e tal aplicação ocorre por meio de denúncias de abusos físicos e sexuais levadas a o Conselho Tutelar por exemplo (Todorov e cols., 2005).

Este trabalho teve como objetivo identificar as contingências tríplices entrelaçadas representadas nos artigos dispostos ao longo da Lei. De modo que gerou uma metodologia para estudos acerca de metacontingências em códigos de Leis, possibilitando assim, uma descrição de práticas culturais relacionadas à sociedade (Todorov, Moreira, Prudêncio e cols., 2005).

Uma pesquisa sobre política no Congresso dos Estados Unidos, realizada por Lamal e Greenspoon (1992), descrevem a reeleição como metacontingência que controla o comportamento dos congressistas. Tal pesquisa aponta um paradoxo entre senadores e deputados, pois apesar de serem em sua maioria reeleitos, os eleitores que os elegeram demonstram baixa estima por eles. Isso ocorre porque os padrões de votação são reforçados positivos e negativamente por grupos organizados (interesses específicos).

Tal controle sobre o voto dos deputados e senadores está relacionado em sua maioria, ao dinheiro que financia as campanhas eleitorais. Assim, lobistas e comitês políticos de ação tem crescidos significativamente nos últimos 15 anos e bem como, tem demonstrado um efeito muito grande nas campanhas. Os indivíduos que votam nos

candidatos que tem uma boa propaganda eleitoral e os grupos organizados são sem dúvidas fonte de reforçadores dos mesmos (Lamal e Greenspoon, 1992).

Podendo os comitês políticos servir de operação estabelecadora (evocam a resposta de votar e reforçam a mesma). Para tanto, Lamal e Greenspoon (1992) observam pontos fundamentais que servem como objeto de estudo para a Análise do Comportamento. O primeiro é o estabelecimento de manutenção de contingências que favorecem indivíduos ou grupos, porém entram em conflito com o bem estar da sociedade. Ou seja, o comportamento de deputados e senadores trazem benefícios imediatos (para eles e para alguns segmentos da sociedade), mas são desastrosos em longo prazo e que a massa eleitoral não julga como relevante.

Outro estudo que pode ser realizado à luz da unidade de metacontingência, é a pesquisa sobre Células – Tronco. Isso porque tal estudo engloba diversas contingências que se entrelaçam, com o objetivo final de promover bem-estar para a comunidade.

Entende-se por Células - Tronco (CT), aquelas células primordiais, auto-renováveis e com a capacidade de gerar tipos celulares especializados, como, os neurônios, os hepatócitos e os cardiomiócitos. As CT têm o potencial ilimitado de proliferação e auto-renovação, bem como, capacidade de originar linhagens celulares com funções diversas e de regenerar tecidos (Okamoto e Moreira - Filho, 2004).

As propriedades das CT são estudadas em camundongos acerca de vinte anos, porém em humanos a primeira linhagem de CT foi estudada em 1998 a partir de embriões derivados de fertilização in vitro (Okamoto e Moreira – Filho, 2004).

Em 2001, o Presidente americano George Bush decidiu que os Estados Unidos vão financiar as pesquisas com embriões humanos para a obtenção de CT. Tal liberação ocorre somente com aqueles embriões descartados pelas clínicas de reprodução assistida e mediante a autorização dos casais. Apesar da utilização de embriões para fins exclusivamente terapêuticos continuar proibida, não resta dúvida de que tal decisão gerou avanços científicos e tecnológicos (Garcia, 2003).

O fato das CT serem obtidas em decorrência de embriões humanos e desprezadas por clínicas de fertilização, tem gerado discussões que envolvem políticos, religiosos, médicos, advogados e a sociedade como um todo. Porém, quais as

conseqüências em curto prazo que essa decisão do Presidente americano gerou? E quais as conseqüências em longo prazo que essas pesquisas vão gerar?

Em curto prazo, a decisão do George Bush gera pesquisas na área, mesmo que de forma limitada, em decorrência da não utilização das CT para fins terapêuticos. E também serve de modelo para que outros países invistam em tais pesquisas.

Já em longo prazo, surge a possibilidade de que pessoas que sofrem de doenças crônicas (diabetes tipo 1, nefropatias, doenças cardiovasculares e neurovegetativas), obtenham benefícios em decorrência de tais estudos, tais como: tratamentos menos invasivos e dolorosos, redução no uso de medicamentos e em alguns casos até a cura total das doenças.

Outras conseqüências em curto prazo, é que o Governo investiria mais dinheiro em pesquisas, o que poderia ser visto como um reforço negativo, tendo em vista que a conseqüência em longo prazo seria a diminuição de gastos com tratamentos e remédios. Desta forma, para o Governo, investir em pesquisas com CT além de trazer benefícios específicos para a população gera diminuição da verba pública com saúde. A contingência vigente muda, o que dá lugar a uma contingência de prevenção.

As contingências individuais (pesquisas) se entrelaçam gerando uma contingência última que retroage para os indivíduos, que é a condição de promoção de saúde pública. Assim, o conceito de metacontingência torna-se útil para explicar como que em longo prazo tais pesquisas poderão gerar conseqüências benéficas para a população.

No Brasil, a Câmara aprovou em 2005, o projeto de Lei de Biossegurança que autoriza as pesquisas com CT embrionárias para fins terapêuticos. O Governo Federal investiu R\$ 11 milhões em pesquisas com CT adultas e embrionárias. Isso representa um avanço no trabalho dos cientistas brasileiros, pois possibilita melhores condições para que esses profissionais desenvolvam seu trabalho e bem como é um marco de investimento em saúde pública no país.

As conseqüências individuais que mantém esse investimento é além da pressão de portadores de necessidades especiais e pessoas ligadas a Organizações não Governamentais, é a questão da redução de verbas destinadas à saúde. De modo que se investe em pesquisas para que posteriormente invistam-se menos recursos públicos

em cirurgias, medicações, tratamentos, dentre outros. Já a consequência comum em longo prazo nessa metacontingência é a promoção de saúde coletiva

V. Conclusão

O conceito de metacontingência contribui muito para analistas do comportamento compreenderem comportamentos complexos. Isso porque não seria possível compreender como diversos indivíduos interagem sem estabelecer as relações existentes entre as diversas contingências entrelaçadas e bem como seu produto agregado. Não seria possível também compreender de que forma as contingências foram organizadas até chegar à consequência final.

Cabe ressaltar a implicação que o conceito de metacontingência traz a analistas do comportamento, pois a partir dessa premissa estes terão que assumir o compromisso de voltar seu olhar para questões sociais para assim poder compreender o indivíduo. Outro fator importante é manter os preceitos do Behaviorismo Radical e não cair no reducionismo (tudo é metacontingência).

Por fim, a necessidade em retomar o comportamento verbal como estudo a partir do Verbal Behavior proposto por Skinner (1957), pois além de descrever unidades que compõe o comportamento verbal faz-se necessário dar conta dos fenômenos ditos como “pensamentos”. E ao rejeitar a contingência tríplice para explicar comportamentos sociais, o analista do comportamento assume a metacontingência como sua unidade de estudo, trazendo possíveis implicações conceituais e metodológicas e com isso, novas formas de discussões acerca do comportamento humano.

VI. Referências Bibliográficas

Andery, M.A. (2004) Uma sociedade voltada para o futuro. Disponível em: Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento: www.ibac.com.br.

Andery, M.A. e Sérgio, M.T. (2005) O conceito de metacontingência: afinal, a velha contingência de reforçamento é insuficiente? Em Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade, Todorov e orgs, 1ª ed. Santo André, SP, ESETec Editores Associados, 2005.

Catania, A.C. (1993). Coming to terms with establishing operations. The Behavior Analyst, 16, 219-224.

Elias, N. (1990). O processo Civilizador. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. volume.1 (primeira edição em 1939)

Garcia, E. S. (2003). Um olhar sobre a ciência: desenvolvimento, aplicações e políticas públicas. Rio de Janeiro: Interciência.

Glenn, S.S. (1986). Metacontingencies in Walden Two. Behavior Analysis and Social Action, 5, 2-8.

Glenn, S.S. (1988). Contingencies and Metacontingencies: Toward a synthesis of behavior analysis and cultural materialism. The Behavior Analyst, 11, 161-179

Glenn, S.S. (1991). Contingencies and Metacontingencies: Relations among behavioral, cultural, and biological evolution. Em P.A. Lamal (orgs), Behavioral analysis of societies and cultural practices (pp. 39-73). Washinton, DC: Hemisphere.

Guerin, B. (1992). Social behavior as discriminative stimulus and consequence in social Anthropology. The Behavior Analyst, 15, 31-41.

Hall, S. (2003). Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

Kunkrel, J. H. & Lamal, P. A. (1991). The Road Ahead. Em? P.A. Lamal (org.) Behavioral Analysis of Societies and Cultural Practices. New York: Hemisphere Publishing Corporation, pp. 219-240.

Lamal, P. & Greenspoon, J. (1992). Congressional Metacontingencies. Behavior and Social Issues, 2, 71-81

Malagodi, E.F. (1986). On radicalizing behaviorism: A call for cultural analysis. The Behavior Analyst, 9, 1-17.

Martone, R.C & Banaco, R.A. (2005). Comportamento Social: A Imprensa como agência e ferramenta de controle social. Em Metacontingências: comportamento, cultura e sociedades, Todorov e orgs, 1ª ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2005.

Okamoto, O.K & Moreira - Filho, C.A. (2004). Células – Tronco. Em: Genômica Funcional e Aplicações Terapêuticas, organizado por editorial Luis Mir. Editora Atheneu, 2004.

Skinner, B. F. (1957). Verbal Behavior. New York: Appleton- Century- Crofts.

Skinner, B. F. (1965). Private events in a natural science. Em B. F. Skinner (Org.), Science and human behavior (pp 257-282). New York/London: Free Press/Collier MacMillan. (Original publicado em 1953).

Skinner, B. F. (1978). Reflections on behaviorism and society. Englewood Cliffs. NJ: Prentice- Hall.

Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. Science, 213, 501-514.

Skinner (1987). Whatever happened to psychology as the science of behavior? American Psychologist, 42, 780-786.

Skinner, B. F. (2000). Ciência e Comportamento Humano (J.C. Todorov e R. Azzi, Trad.) São Paulo: Ed. Martins Fontes. 10ª edição. (Trabalho original publicado em 1953).

Todorov, J.C. (1981). A psicologia como estuda das interações. Universidade de Brasília. 1981. Disponível em: www.cemp.com.br.

Todorov, J.C. (1987). A constituição como metacontingência. Psicologia: Ciência e Profissão, 7, 9-13.

Todorov, J.C. (2004). Da Aplysia à Constituição: evolução de conceitos na análise do comportamento. Psicologia: Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 151-156, 2004.

Todorov, J.C. Moreira, M. B. Moreira, M. (2005). Contingências entrelaçadas e contingências não – relacionadas. Em: Metacontingências: comportamento, sociedade e cultura, Todorov e orgs. 1ª ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2005.

Todorov, J. C. Moreira, M. Prudêncio, M. R. A. Pereira, G. C. C. (2005). Um estudo das contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em: Metacontingências, comportamento, cultura e sociedade. Todorov e orgs. 1ª ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2005.